

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES

3



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES

3



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 Educação [recurso eletrônico] : agregando, incluindo e almejando oportunidades 3 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-420-7

DOI 10.22533/at.ed.207202209

1. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Importante contar ao leitor, antes de apresentar com mais detalhe as características desta obra, o contexto em que ela se insere, marcando bem o lugar histórico que a circunscreve.

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angustias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste volume de “***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente.

Este livro, ***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***, reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ACERVOS PESSOAIS E A BUSCA POR NOVAS FONTES: DOCUMENTOS ESCOLARES E A PRODUÇÃO DE PESQUISAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Alan Marcos Silva de Rezende

Andréia Fernandes de Souza

DOI 10.22533/at.ed.2072022091

CAPÍTULO 2..... 13

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS DO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DAS CIÊNCIAS

Wagner dos Santos Mariano

Jully Caroline de Carvalho Araújo

Marceli Diana Helfenstein Albeirice da Rocha

Márcio Guimarães de Sousa

Milene Santana Paixão

DOI 10.22533/at.ed.2072022092

CAPÍTULO 3..... 24

A EDUCAÇÃO CIENTÍFICA, A LUDICIDADE E O PROTAGONISMO ESTUDANTIL NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Mário Junior Saviato

Pâmela Lima do Carmo Saviato

Wanderléia Brito Miranda

Carmelita Regina Carvalho Cavalcante

Marceli Diana Helfenstein Albeirice da Rocha

Wagner dos Santos Mariano

DOI 10.22533/at.ed.2072022093

CAPÍTULO 4..... 37

A CONCATENAÇÃO ENTRE ENSINO E DEFICIENTES VISUAIS NO ÂMBITO ESCOLAR: O FEITIO DE CONSTRUIR SABERES

Marcus Vinícius dos Santos Silva

Maria Cássia de Arruda Silva

Gerlane Oliveira Aguiar

Ananda Antonia Gomes de Moura

Maria Sandra Pereira

DOI 10.22533/at.ed.2072022094

CAPÍTULO 5..... 48

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – A AUTONOMIA NA GESTÃO DO PRÓPRIO DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL

Adelcio Machado dos Santos

Joel Haroldo Baade

DOI 10.22533/at.ed.2072022095

CAPÍTULO 6.....	55
VIOLÊNCIA NA ESCOLA: APORTES PARA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE PARES	
João Marcos Vitorino dos Santos	
Joyce Mary Adam	
DOI 10.22533/at.ed.2072022096	
CAPÍTULO 7.....	70
A EDUCAÇÃO COMO NECESSÁRIA À DEMOCRACIA	
Carmem Lucia Albrecht da Silveira	
Rosimar Serena Siqueira Esquinsani	
DOI 10.22533/at.ed.2072022097	
CAPÍTULO 8.....	76
PROPOSTA CURRICULAR PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL 4.0 DO CURSO SUPERIOR DE MANUFATURA AVANÇADA E INDÚSTRIA 4.0	
Nirlei Santos de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2072022098	
CAPÍTULO 9.....	84
INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES NO IFPB: ESTUDO DE CASO DO “PROGRAMA MULHERES MIL” NO MUNICÍPIO DE BAYEUX-PB	
Maria da Conceição Castro Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.2072022099	
CAPÍTULO 10.....	97
O CENÁRIO DAS PESQUISAS NO ÂMBITO DA ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Thaynara Maria Pontes Bulhões	
Ivanise Gomes de Souza Bittencourt	
Anna Carla Soares da Silva	
Mariana de Oliveira Moraes	
Thais Mendes de Lima Gomes	
Diane Fernandes dos Santos	
Adélia Maria de Barros Soares	
Marília Vieira Cavalcante	
Caroline Magna de Oliveira Costa	
Cláudia Maria Praxedes Leal	
Rosalia Maux de Carvalho Rodrigues	
Jayane Omena de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.20720220910	
CAPÍTULO 11.....	107
A FUNDAÇÃO ORIENTE E AS CONEXÕES ENTRE SUL-SUL E SUL-NORTE: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO TIMOR-LESTE	
Luis Gustavo Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.20720220911	

CAPÍTULO 12.....	115
O ESTADO FEDERATIVO BRASILEIRO, REGIME DE COLABORAÇÃO E REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO	
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.20720220912	
CAPÍTULO 13.....	131
DANÇA E NEUROREABILITAÇÃO: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES O PROCESSO DE APRENDIZAGEM ESCOLAR	
Maria Fernanda Silva Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.20720220913	
CAPÍTULO 14.....	150
TECNOLOGIAS DIGITAIS ALIADAS AO ENSINO DA LIBRAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO IFB	
Joseane Rosa Santos Rezende	
Núbia Flávia Oliveira Mendes	
Rosenir Martins Nunes Chaves	
Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos	
Valdilene Chaves Furtado de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.20720220914	
CAPÍTULO 15.....	166
INFÂNCIA DANÇANTE: CORPOS QUE SE ABREM AO MUNDO	
Tathyane Afonso da Silva	
Maria do Carmo Morales Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.20720220915	
CAPÍTULO 16.....	188
PROJETO MÃOS QUE COOPERAM	
Aline Nayara Sena dos Santos	
Dayana Vilas Boas Ferreira	
Fabiana dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.20720220916	
CAPÍTULO 17.....	194
CAÇA AO TESOURO: DESCOBRINDO PISTAS, BRINCANDO E APRENDENDO	
Juliana Rodrigues Terra Azevedo	
Martha Valente Domingues dos Santos	
Záira de Moraes Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.20720220917	
CAPÍTULO 18.....	201
USO DA METODOLOGIA APRENDIZAGEM ENTRE EQUIPES: “DESAFIO DO DOMINÓ” PARA A PRÁTICA LOGÍSTICA	
Regiane de Fatima Bigaran Malta	
Pedro Luiz Holuboski Júnior	

DOI 10.22533/at.ed.20720220918

CAPÍTULO 19..... 210

PLANTANDO CHEIROS E SABORES

Tatiana da Rocha Vieira

Cleidiane Luzia Macedo

Camila Vieira Senra Vitória

DOI 10.22533/at.ed.20720220919

CAPÍTULO 20..... 213

**GAMIFICAÇÃO E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS NAS AULAS DE MATEMÁTICA:
UMA EXPERIÊNCIA COM A PROBLEMATECA**

Joycimar Lemos Barcellos Zeferino

Martha Valente Domingues dos Santos

Záira de Moraes Almeida

DOI 10.22533/at.ed.20720220920

CAPÍTULO 21..... 218

**A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E OS DESAFIOS DO ENSINO
TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

Adriana dos Reis Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.20720220921

SOBRE O ORGANIZADOR..... 239

ÍNDICE REMISSIVO..... 240

CAPÍTULO 6

VIOLÊNCIA NA ESCOLA: APORTES PARA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE PARES

Data de aceite: 01/09/2020

João Marcos Vitorino dos Santos

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/ Rio Claro
<http://lattes.cnpq.br/9170146163972363>

Joyce Mary Adam

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/ Rio Claro
<http://lattes.cnpq.br/3567581285174163>

RESUMO: O presente estudo tem por propósito: a) fazer uma análise da dinâmica pela qual a violência urbana no Brasil está inserida, de maneira a investigar os processos que a recobrem, bem como os indícios que materializam posturas agressivas; b) estabelecer uma reorganização dos critérios para se analisar a produção da violência escolar, e por consequência o seu entendimento pelos sujeitos que estão diretamente envolvidos com a problemática. Nesse sentido, o estudo pauta-se na teoria de Debarbieux (2002), no que se refere à necessidade do estabelecimento de indicadores para análise da violência na escola. O texto encontra-se estruturado em duas partes. Na primeira parte são elucidados os aspectos da violência no espaço urbano, demonstrando dados relativos à periculosidade e mortandade, bem como evidenciando as relações intrínsecas acarretadas por essas ações no cotidiano dos sujeitos. Num segundo momento, explicitam-se as relações da violência no ambiente escolar, e suas formas de organização, estimulando-se um debate teórico em torno da verificação de condutas

consideradas agressivas. Para a consecução da proposta, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma metodologia qualitativa (LUDKE; ANDRE, 1986), privilegiando escritos documentais caracterizados como fontes primárias (dados oficiais que traçam um panorama sobre o tema da violência na sociedade brasileira), como também fontes secundárias (documentação que contém estudos analíticos e interpretativos sobre o tema). Conclui-se, a partir da análise proposta, que existem possibilidades para o enfrentamento da problemática quando esta se evidencia por meio de uma classificação sistemática das ações dos sujeitos no espaço escolar. Deste modo, a pesquisa apresenta-se de forma indispensável para a reflexão sobre as ações impetradas no ambiente escolar, oferecendo-se subsídios para se analisar o quê, de fato, pode ser considerado violência nesse espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Violência escolar, Indicadores, Incivilidades.

ABSTRACT: The objective of this study is: a) to analyze the dynamics by which urban violence is inserted in Brazil, in order to investigate the processes that involve it, as well as the indications that materialize aggressive attitudes; b) establish a reorganization of the criteria to analyze the production of school violence and, consequently, its understanding by the subjects directly involved with the problem. In this sense, the study is based on the theory of Debarbieux (2002), with regard to the need to establish indicators for the analysis of violence at school. The text is structured in two parts. In the first part, aspects of violence in the urban space are elucidated, showing data related

to dangerousness and mortality, as well as showing the intrinsic relationships brought by these actions in the subjects' daily lives. In a second stage, the relations between violence in the school environment and its forms of organization are explained, stimulating a theoretical debate around the verification of behaviors considered aggressive. To achieve the proposal, the research was developed from a qualitative methodology (LUDKE; ANDRE, 1986), privileging documentary writings characterized as primary sources (official data that provide an overview on the theme of violence in Brazilian society), as well as secondary sources (documentation containing analytical and interpretative studies on the topic). It is concluded, from the proposed analysis, that there are possibilities to face the problem when it becomes evident through a systematic classification of the subjects' actions in the school space. Thus, research is indispensable to reflect on the actions carried out in the school environment, offering subsidies to analyze what, in fact, can be considered violence in this space.

KEYWORDS: School violence, Indicators, Incivilities.

1 | INTRODUÇÃO

A presente pesquisa faz parte de um projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) intitulado “As propostas de enfrentamento de conflitos e da violência escolar nas escolas públicas a partir do ano 2000”. Este teve por objetivo averiguar, a partir de pesquisa documental, diferentes estratégias efetuadas por setores governamentais para o enfrentamento da dinâmica da violência no âmbito escolar a partir do primeiro decênio do presente século.

Deste modo, a pesquisa elucida a compilação de dados extraídos e sistematicamente organizados durante o período de execução do projeto, e teve por pretensão fazer uma análise da dinâmica pela qual a violência urbana no Brasil está inserida, de maneira a investigar os processos que a recobrem, bem como os indícios que materializam posturas agressivas, ratificando-se que esta prática se trata de um fenômeno histórico e, portanto, cultural, do qual o homem tem se utilizado para se sobrepor aos outros.

Pretende-se, portanto, categorizar a violência escolar como parte de um processo pelo qual os sujeitos tendem a se sobrepor a partir de atos de incivildade, definindo-se, portanto, como mais uma das formas de ameaça à ordem, seja esta individual ou coletiva, abarcando uma série de conflitos que, a partir de ações cumulativas, provocam a degradação de relações.

Nesse aspecto indicamos o pensamento de Debarbieux (2002, p. 19) como base para compreender esse fenômeno, tendo por necessidade a formulação de “indicadores que nos ajudem a encontrar o que é real num conceito que é ineficaz devido à sua generalidade”.

O entendimento de que a violência escolar recobre uma infinidade de práticas

que ameaçam a ordem estrutural da escola, e afetam as relações nesse espaço, nos impulsiona o seguinte questionamento: seria todo ato considerado violência escolar, de fato uma violência?

Para a consecução da proposta, o estudo foi desenvolvido a partir de uma metodologia qualitativa (LUDKE; ANDRE, 1986), privilegiando escritos documentais caracterizados como fontes primárias (dados oficiais que traçam um panorama sobre o tema da violência na sociedade brasileira), como também fontes secundárias (documentação que contém estudos analíticos e interpretativos sobre o tema).

Tal metodologia esteve subsidiada pela coleta e análise de material bibliográfico, opção orientada sobre a necessidade de uma investigação meticulosa “[...] sem cair na já ‘superada’ discussão da qualidade em detrimento da quantidade, sempre considerando as possibilidades de abrangência, amplitude e dinamismo frente à temática aqui proposta” (SANTOS, 2002, p.41).

O texto encontra-se estruturado em duas partes. Na primeira elucidamos os aspectos da violência no espaço urbano, demonstrando dados relativos à periculosidade e mortandade, bem como evidenciando as relações intrínsecas acarretadas por essas ações no cotidiano dos sujeitos. Num segundo momento, explicitam-se as relações da violência no ambiente escolar, e suas formas de organização, estimulando-se um debate teórico em torno da verificação de condutas consideradas agressivas. Concluímos o texto, apontando as possibilidades de análise sobre o tema quando este se evidencia por meio de uma classificação sistemática das ações dos sujeitos nesse espaço.

2 I UMA VISÃO SOCIOLÓGICA DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

O desenvolvimento das capacidades produtivas e o conseqüente aumento da produção no seio de nossa sociedade, oportuna a criação de novas estratégias para o estímulo de atividades que tenham por finalidade o lucro, promovendo diferentes interesses e possibilidades. A contemporaneidade, marcada por traços de ampla concorrência e apelo ao individualismo (DUARTE, 2000, p. 183), tem gerado muito mais que o lucro: tem promovido a exacerbação de comportamentos hostis que por vezes extrapolam a mera abstração de conflitos de ideias.

Não obstante, é possível perceber que embora estejamos diante de um período em que a humanidade já domina técnicas e ferramentas aprimoradas para a garantia de sua subsistência e manutenção de sua humanidade, e mesmo havendo aparato teórico relacionado aos direitos humanos e educação para a paz, em muitas situações o que predomina é a resolução violenta de conflitos.

Analisar o contexto de produção da violência, e desta forma, suas interfaces

em diferentes espaços, exige a necessidade de se objetivar esse fenômeno como uma das formas pelas quais o homem se apropria para delimitar condutas relacionadas à dominação em diferentes graus. A violência, nesse sentido, é uma ação mediadora que o homem utiliza para expropriar a partir da utilização da força ou de símbolos a individualidade de outro sujeito, relegando-o a uma condição inferior.

Tal premissa não se constituiu no entendimento de que a violência é pertencente à natureza humana, sendo determinada por questões biológicas nas quais os sujeitos já estejam fadados a reproduzi-las em diferentes contextos e manifestações. Ao contrário, e, para além disso, é preciso ratificar que esse fenômeno é um aparato histórico e, portanto, cultural, do qual o homem tem se utilizado para se sobrepor aos outros.

A relação histórica da violência com as diversas sociedades se confunde com o próprio entendimento do homem. Como sabido, não nascemos homens ou mulheres, mas nos humanizamos a partir das interações que concretizamos por meio da materialidade, o que, portanto, faz com que a produção da violência seja entendida a partir das situações que a envolvem como também das condições objetivas que a permeiam.

Na sociedade brasileira, a presença da violência nos aspectos da vida urbana é um fato que se consolida principalmente pela existência de relações de dominação desiguais, fruto da má distribuição de renda, falta de acesso à escolaridade, e de condições efetivas para a participação nos aspectos da vida política (CALDEIRA, 1997, p.156).

Nesse sentido, é perceptível que esse fenômeno viceja com maior vigor junto às classes desprovidas materialmente. Há, portanto, diferentes manifestações de violência a serem consideradas quando dirigimos a análise para o público mais precarizado da pirâmide social.

Pode-se perceber que esses grupos estão inseridos em dinâmicas complexas, abrangendo relações de conflito exacerbado ora com o Estado e seus agentes, ora com milícias e grupos de dominação, assim como nas relações profissionais que estabelecem (COSTA, 1999, p.7), afetando a forma como interagem e se socializam na prática cotidiana. Além disso, há outros fatores que afetam essa lógica como: nível de escolaridade, raça, faixa etária, sexo, assim como região em que residem.

De acordo com dados publicados pelo Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal (janeiro/2016), organização não governamental mexicana, o Brasil foi o país com o maior número de municípios listados como mais violentos. Dentre 50 cidades apontadas por apresentar altos índices, 21 eram brasileiras. A análise foi realizada em cidades com população acima de 300 mil habitantes (SÁNCHEZ, 2016, p.13).

Nesse sentido, as práticas violentas impelem outras desordens sociais que

por sua vez demonstram um agravo em diversas áreas da sociedade, oferecendo um desequilíbrio que:

[...] traz implicações na saúde, na dinâmica demográfica e, por conseguinte, no processo de desenvolvimento econômico e social, uma vez que 46,4% dos óbitos de homens na faixa etária de 15 a 29 anos são ocasionados por homicídios. Se considerarmos apenas os homens com idade entre 15 a 19 anos, esse indicador tem a incrível marca dos 53% (CERQUEIRA *et al.*, 2016, p. 06).

Como já ressaltado, mencionar as condições objetivas da realidade, apontando o critério de poder aquisitivo como parâmetro para se analisar a demografia dos delitos e, portanto, mapear a sua incidência é uma das condições para se refletir sobre os problemas relacionados à violência, uma vez que lugares com baixo desenvolvimento e grande concentração de pobreza possibilitam a disseminação de comportamentos hostis. Nesse sentido:

As maiores vítimas das violências e homicídios não são os ricos, mas os pobres e excluídos. Os privilegiados economicamente sempre podem contratar seguranças particulares, encerrar-se em condomínios de luxo protegidos ou transferir a família para Miami, como vem acontecendo no Brasil, em decorrência da onda de sequestros. Já os pobres não possuem meios e, em muitas situações, nem sequer podem contar com o poder público para se defender das violências, da polícia, dos traficantes ou de outros tipos de gangues. Comprovando esta realidade, algumas pesquisas revelam o caráter altamente segregado de centros urbanos, como nos casos de São Paulo e Los Angeles, onde os ricos encerram-se em espaços privados, verdadeiros enclaves fortificados para o lazer, trabalho, moradia e outras atividades. E isso ocorre mesmo que o resultado seja mais segregação urbana e violência (COSTA, 1999, p. 6).

O entendimento deste critério como ferramenta para análise é crucial para se discutir a urgência de políticas públicas que se apresentem como possibilidade ao atendimento de comunidades com altas taxas de registros de violência. É preciso, portanto, que a utilização de tais indicadores se direcione para o auxílio daqueles sujeitos que apresentam carência social, sendo o Estado o elo mediador para a resolução de tais problemas.

Por sua vez, é imperativo a estruturação de ações voltadas para o combate da violência, uma vez que este fenômeno se apresenta aos sujeitos de maneira explícita, incitando a necessidade de se repensar questões relacionadas à segurança pública.

A produção da violência, embora condicionada a certos elementos sociais, tem íntima relação com a baixa qualificação acadêmica. Pesquisas relacionadas ao tema (CAMACHO, 2001; PACHECO, 2004; GALLO; WILLIAMS, 2005) têm comprovado que a dinâmica de escolarização é uma das condições que potencializam

ou diminuem a probabilidade de indivíduos se tornarem possíveis vítimas ou mesmo agressores. Alguns pesquisadores (GREENBAUM, 1997; HOWELL, 1998) endossam a tese de que indivíduos com baixo desempenho escolar ou que não tiveram acesso adequado à escolarização apresentam maior propensão a delitos.

No Brasil, a taxa de homicídios entre aqueles que completaram apenas o ensino fundamental é proporcionalmente maior, se comparado com sujeitos que possuem o ensino superior completo (CERQUEIRA *et al.*, 2016). O capital cultural determina não apenas a incidência pela qual as ações recaem sobre os sujeitos, mas também as impulsionam.

No Brasil, a situação de adolescentes em conflito com a lei, e confinados em espaços de “ressocialização”, demonstram que “quase a totalidade dos adolescentes que estão cumprindo alguma medida socioeducativa abandonou os estudos muito cedo” (GALLO; WILLIAMS, 2005, p. 86). Essa lógica demonstra a interferência que o fator “escolarização” acarreta nas questões de proteção e segurança dos indivíduos, afetando a dinâmica de incidência.

Os dados do Atlas da violência possibilitam uma reflexão sobre esse tema, uma vez que expõe de forma clara as condições nas quais os jovens estão inseridos na dinâmica social. Não obstante, é possível perceber que a perspectiva de um jovem de 21 anos de idade, com escolaridade abaixo de sete anos, venha sofrer homicídio no Brasil, “são 15,9 vezes maiores do que as de alguém que ingressou no ensino superior” (CERQUEIRA *et al.*, 2016, p. 21). Nesse sentido, “estas diferenças abissais expõem a natureza do problema social presente na criminalidade violenta no país” (CERQUEIRA; COELHO, 2015, p. 13).

Os mesmos autores condicionam a necessidade da educação como fator de mudança para a alteração dessa dinâmica da violência, uma vez que os dados demonstram uma clara evidência de que o fator escolaridade afeta de forma significativa o percurso dos jovens. De acordo com os autores é possível verificar que “[...] a educação é um verdadeiro escudo contra os homicídios no Brasil” (CERQUEIRA; COELHO, 2015, p. 20).

Parece claro que essa relação (educação como base para a transformação dos índices de violência) é de fundamental importância para se configurar novas formas de se entender as múltiplas facetas da violência e combatê-la a partir de instrumentos que levem os sujeitos a ressignificarem suas ações. A educação, nesse sentido, é uma possibilidade imediatamente necessária e, portanto, estratégica, para o estabelecimento de uma cultura de paz. Cumpre destacar o artigo 26.2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos onde se expressa que:

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá

a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (ONU, 1948).

A proposta de educação difundida pela ONU por meio de sua Declaração Universal dos Direitos Humanos, não deve ser entendida como meio de se fazer recair sobre a escola a responsabilidade pelas mazelas consubstanciadas em práticas de violência. Ao contrário, é uma forma de se contemplar a essência da educação, pressuposto definido por Saviani como “[...] o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2011, p. 17). Nessa acepção, a escola torna-se cerne de proposições relativas à erradicação da violência, de maneira que inúmeros debates são travados com o intuito de se organizar formas para a erradicação do fenômeno.

Mas, sendo esta uma instituição composta por indivíduos tão distintos por aspectos da cultura, é essencial perceber as disputas e tensões que se conglomeram em seu núcleo o que ocasiona outras variações da violência produzida na sociedade. Passaremos a analisar os discursos relativos à violência no ambiente escolar de maneira a perceber suas interfaces e implicações, buscando distinguir as abordagens que a concebem.

3 | A PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA NO COTIDIANO ESCOLAR E SUAS INTERFACES SUBJETIVAS

O tema da violência escolar toma repercussão a partir do processo de redemocratização do Brasil quando se observam efeitos de uma violência urbana que avança em direção ao espaço escolar “primeiramente encenando-se nos seus portões e, agora, adentrando-se por suas dependências [...] ganhando espaço e gravidade” (MARRA, 2004, p. 15).

Em primeiro plano é perceptível que a origem da violência escolar decorre do fato de uma “reprodução difusa” da sociedade, na qual a escola reflete em seu interior suas influências concretas. Parece, portanto, que esta instituição com sua expectativa de padronização de comportamentos e saberes, tem se deparado com alguns problemas sociológicos instigantes: Como estabelecer um culto ao pacifismo quando a sociedade encontra-se em crise? Como fomentar um discurso de alteridade quando diante da escola (e por vezes, dentro dela) estabelecem-se discursos incongruentes? Como impor respeito sem respeitar?

Trata-se de um paradoxo que infiltra a relação entre os sujeitos que compõem a escola, causando uma insatisfação frente às situações de violência. Afinal como enfrentar aquilo que não se tem domínio? Aquino (1998, p. 8) salienta

que os sujeitos que compõem a escola: “[...] parecem tornar-se reféns de sobre determinações que em muito lhes ultrapassam [...] posto que a gênese do fenômeno e, por extensão, seu manejo teórico-metodológico residiriam fora, ou para além, dos muros escolares”.

Embora tragam elementos que remetam a outras instâncias e que, por assim dizer, problemas que extrapolam os “muros escolares”, a mensuração das práticas violentas na escola merece um detalhamento científico preciso no que se refere às suas manifestações, uma vez que não nos é possível detalhar as práticas de forma uniforme, invariável, porque elas não o são.

Uma única classificação daquilo que poderia ser considerado violência escolar, e suas manifestações, tratar-se-ia de um erro metodológico, do qual Debarbieux (2002, p. 19) conclama a necessidade de multiplicação dos pontos de vista a partir de “indicadores que nos ajudem a encontrar o que é real num conceito que é ineficaz devido à sua generalidade.” Trata-se, portanto, de distinguir dentre as várias classificações, o que é potencial para a análise e pode ser usado como atributo de conhecimento e verificação das práticas de violência, que não seria possível analisar caso estivesse submetido a uma generalidade de pensamento.

Silva (2010a, p. 32), ao discutir a relação da violência entre pares na escola, define que uma das formas de se compreender o fenômeno é pela averiguação do mau trato, sendo este definido “pela presença de relações assimétricas entre agressores e vítimas e por ser uma relação que implica continuidade de tempo”, tendo quatro tipos principais de manifestações: vitimização física, vitimização verbal, manipulação social e ataques à propriedade (MYNARD; JOSEPH *apud* SILVA, 2010a, p. 34).

A verificação desse fato possibilita entender que essa é uma forma de violência que se constitui a partir de relações de poder entre indivíduos em princípio semelhantes. Nesse sentido, “essas agressões que ocorrem entre iguais são menos custosas e têm maiores possibilidades de passarem despercebidas e não serem castigadas” (SILVA; SALLES, 2010b, p. 220).

Para além da exacerbação do uso da força ou de mecanismos de brutalidade, a violência na escola pode estar relacionada a uma atitude de ameaça, onde há intimidação à vítima por meio do poder do agressor, situação onde se é enfatizada a imposição da vontade, desejo ou projeto de um ator sobre o outro (SILVA; SALLES, 2010b, p. 218).

Dessa forma, delimitar o que é violência escolar exige um amplo esforço teórico-metodológico, uma vez que as ações impetradas pelos sujeitos no desenvolvimento de suas relações acarretam abordagens díspares.

Sendo a escola um espaço potencial para o desenvolvimento das capacidades cognitivas e, por extensão, local onde se reúne uma gama de diversidades, é legítimo

assegurar que seu interior é confrontado por ações que, por vezes, desestabilizam a ordem e provocam um questionamento de suas normas. As transgressões ocorridas na escola podem ser analisadas a partir do conceito de incivilidade.

Postulado a partir do pensamento de Norbert Elias, o termo se refere a uma agressão pequena, onde há uma ruptura nas regras estabelecidas para a convivência, sendo uma agressividade muito presente no cotidiano escolar onde há “ataques cotidianos e repetidos ao direito de cada um” (CASTRO, 2010, p 106), não recebendo análises complexas, pois por vezes é entendida como ato relacionado à indisciplina.

A civildade torna-se incivilidade, ou seja, essa habilidade tão difundida de incomodar o outro com o próprio eu, de lhe impor minha intimidade. A incivilidade teria como consequências os comportamentos egoístas e narcisistas e o esquecimento do outro, bem como o desinteresse na vida pública que caracterizam nossa sociedade. As incivilidades não são crimes, e sim comportamentos públicos desregrados, desrespeitosos, ofensivos. Não são criminalizados e, portanto, não são alvo do sistema de justiça, o que faz com que as pessoas sintam-se desamparadas pelo Estado. Repetem-se cotidianamente, criando inquietação, um medo difuso associado a uma sensação de angústia, e rompem o liame civil que, nas interações sociais, liga cada indivíduo a uma comunidade de pertencimento (BORGES; LUIZA; SILVA, 2009, p. 6).

Observa-se que a incivilidade está associada com o fator de insegurança e aglutina-se como elemento indissociável das práticas de violência na escola, definindo-se, portanto, como mais uma das formas de ameaça à ordem, seja esta individual ou coletiva, abarcando uma série de conflitos que, a partir de ações cumulativas, provocam a degradação de relações. Podem estar combinadas com uma demanda de afirmação de identidade, de maneira a obter visibilidade a partir de comportamentos dissolutos, fato que provoca a intensificação de um individualismo.

Para Debarbieux¹ (*apud* SPOSITO, 2001, p. 100) “a noção de incivilidade recobre uma série de práticas cotidianas expressas nos pequenos delitos” assim como “nas agressões verbais, na falta de polidez, nas ameaças e nas frequentes irrupções de desordem nos estabelecimentos escolares”.

Nesse sentido, embora a incivilidade seja uma ação coercitiva exercida a fim de provocar um sentimento desagradável em alguém, e esteja incorporada como um dos elementos da violência, é importante destacar que esta não é a representação da violência em si, uma vez que não abrange relações tão complexas e não impele ao outro uma situação de perigo grave.

Deve-se, portanto, atribuir a essa discussão a necessidade da escola organizar-se para enfrentar os dilemas oriundos da violência, de modo a combatê-

1 DEBARBIEUX, E. La violence em milieu scolaire 1 – État deslieux. Paris: PUF, 1996

la em sua estrutura a partir de princípios relacionados à educação, e a partir da articulação daqueles que compõem esse espaço como gestores, corpo docente, alunos e funcionários.

Entretanto, existe certo despreparo por parte da escola em lidar com grupos de jovens incivilizados, sendo que alguns “apelam para a segurança policial, o que afeta a qualidade da interação educativa e o clima escolar” (SILVA, 2010a, p. 21).

É preciso compreender que, para muitos estudantes, a escola é o único lugar onde terão acesso ao saber elaborado, a uma cultura letrada. É a instituição onde depositam suas crenças na possibilidade de ascensão social, e por extensão, na melhoria da qualidade de vida. Porém, quando percebem que esse espaço se torna apenas a extensão de seu lar e não lhes oferece possibilidade para acesso ao arcabouço que lhes é de direito, descontentam-se com a escola, perdendo a crença nessa instituição como fonte de conhecimentos. Molpeceres, Lucas e Pons (2000) averiguam tal dinâmica e asseveram que a perda da legitimidade das autoridades escolares é resultado da ausência de sentidos.

Nessa direção, o nível de comprometimento dos estudantes pode sofrer alteração de acordo com o nível de comprometimento da equipe escolar, pois, de acordo com estudiosos como Burrato (1998), Salles; Leite; Oliveira (2000) e Fernandes (2003), os alunos apreciam e valorizam a disponibilidade que líderes escolares apresentam para estabelecer trocas, para ouvi-los e quando possibilitam sua participação para a construção de espaços de decisão.

Desta maneira, observa-se a necessidade de diferentes ações para que haja uma melhoria no clima escolar, compreendendo este como mecanismo de promoção de laços afetivos e duradouros entre os sujeitos, assegurando a possibilidade do espaço escolar se tornar um lugar seguro para todos (Cohen, McCabe, Michelli e Pickeral, 2009), o que, por sua vez, favorece a capacidade de se avaliar as condições objetivas que se colocam de maneira multidimensional ao trabalho escolar em suas mais diferentes esferas, seja estas de cunho pedagógico, de convivência, ou mesmo aquelas que tenham por premissa a verificação da vitimização entre pares.

Não obstante, verificar as relações entre pares e traçar uma estratégia de enfrentamento para a o desenvolvimento de um clima escolar mais aberto, possibilita que o conjunto de trocas relacionais sejam qualitativas, oportunizando-se

pensar as relações de convivência na escola, e se preocupar com a garantia efetiva de assegurar climas saudáveis para a comunidade desta.

Nesse sentido, torna-se perceptível que a incidência de ações violentas ou de incivildades no espaço escolar é fato que se constitui a partir da relação que o aluno estabelece com a escola, e na mesma medida, como a escola se propõe a pensar a sua relação com os estudantes. Relações horizontalizadas tendem a promover um maior entendimento entre os pares, e desta forma, a estabelecer

um convívio com menor índice de ações violentas. De outro lado, uma escola que se pauta em dinâmica autoritária, apresenta maiores problemas para lidar com a violência pois sua dinâmica socializadora não unifica os alunos, ao contrário, afasta-os das possibilidades de integração com o ambiente escolar, fazendo com que as punições, (muito comuns nessas escolas) estabeleçam efeitos colaterais, situação que não permite ao aluno aprender a ter a autodisciplina.

É preciso que haja um redimensionamento das práticas imperadas nesse espaço por meio de uma perspectiva criteriosa, onde será possível observar as diferentes atitudes que se estabelecem em meio aos grupos de alunos, professores, funcionários, e todos aqueles que de forma direta, ou indireta, apresentam-se como indivíduos da escola.

A preocupação por definir essa questão, e assertivamente buscar mecanismos de classificação dessa ação, demonstra em última instância, a necessidade de se reafirmar que a escola pode ser capaz de operar, em função daqueles que nela convivem, estratégias para qualificar um discurso contra tais atitudes que lhe seja próprio, que apoie e estimule a autonomia da escola pensar e resolver os seus problemas a luz de uma perspectiva humanista, que lhe é própria.

Se para Silva e Lanzoni (2008, p. 2526) a não utilização correta dos conceitos implica em uma transposição da autoridade escolar para outras esferas, delimitando, portanto a terceirização das responsabilidades da escola, para outros estudiosos, tal perspectiva não é de fundamental importância, sendo observado o estudo de Santana; Santana; Lima (2008) onde asseveram, a partir de relatos de diretores, que a participação de policiais na estrutura escolar trata-se de uma importante questão para a comunidade escolar, pois, de acordo com os autores os policiais proporcionam maior segurança para a escola. Indicam, também que “muitas vezes o policial faz interferências até na área pedagógica”, destacando logo em seguida que acham “ótimo” tal intervenção (SANTANA, SANTANA, LIMA, 2008, p 2269).

Evidencia-se, portanto, que de um lado a exacerbação de alguns grupos para a adoção de uma postura policialesca na escola decorre da dificuldade elucidada por Silva (2010a), em haver nesta instituição, a articulação de resoluções para o problema das incivildades, bem como nos demonstra que há, em alguns casos, certa dificuldade para lidar com a questão da violência na escola. Opera-se de forma estrutural, um problema para se estabelecer critérios para o entendimento do que é violência, refletindo-se em posturas autoritárias onde por vezes, poder-se-ia desenvolver outras medidas para atuação frente a tais ações.

Cabe uma inquietação diante da constatação desse modelo de atuação frente aos desafios da violência e incivildade nas escolas: Não há, na área da educação, mecanismos normativos que possam promover situações de alteridade diante de fatos que envolvem incivildade e violência? Não teria os educadores,

alternativas de cunho educacional que possam estabelecer um panorama frente a esses comportamentos? A escola não tem condições de arquitetar um modelo de atuação frente a esses desafios? De acordo com Libâneo, *et al*:

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões [...] O conceito de participação fundamenta-se no princípio da autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos para a livre determinação de si próprios, isto é, para a condução da própria vida (LIBÂNEO, et al, 2008, p.328-329).

Para além de uma reflexão acerca das posturas que devem ou não imperar nas unidades escolares, a própria legislação educacional, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) postula nos artigos 7º e 9º a necessidade da gestão democrática, e a mobilização de diferentes ideias para a constituição do espaço escolar. Trata-se de um estímulo à participação dos diferentes segmentos da sociedade.

É claro que, alternativas para efetivação de um trabalho na escola frente à violência são possíveis, e podem avançar o quadro geral delimitado por nós. Todavia, cremos que, a clara assimilação de conceitos, o envolvimento dos sujeitos, e a disponibilidade da instituição escolar pensar um problema estrutural da sociedade que também lhe pertence, são indicativos de que é possível efetivar mudanças frente às ações que desagregam, e distanciam os sujeitos da escola, possibilitando melhoria efetiva de seu clima.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, nosso intento foi demonstrar a relação que a dinâmica da violência na sociedade brasileira opera sobre os sujeitos, determinando-os de certa forma, a partir do capital cultural na prática de ações consideradas de violência. Desta maneira, dialogamos no sentido de buscar uma expansão do conceito de violência escolar, ratificando-se que a expressão do conceito de forma linear, coaduna com uma falsa abstração de sentidos, o que nos levou a perceber a necessidade de se pensar o problema a partir de “indicadores”.

O estudo demonstra que o conceito “violência escolar” pode tomar sentido a partir de diversas representações, tais como: a) vitimização física, vitimização verbal, manipulação social, ataques à propriedade, bem como o conceito de incivildade, mais explorado nesse artigo por conta de sua latente, porém subjetiva presença nos espaços de convívio da escola.

A explicitação de tais categorias, a partir de um conceito relativamente amplo, nos oportuniza pensar as diferentes manifestações da violência no espaço escolar, e a invariante hipótese de que é possível, a partir de princípios já postulados por

nós, articular a defesa da autoridade da escola, e por extensão de seus agentes, na construção de princípios que tenham por finalidade a articulação de uma educação para a paz, ou mesmo uma educação com fatores restaurativos.

A centralidade da escola nesse processo é de fundamental importância, pois daí deriva a sua autonomia enquanto instituição, como também a sua credibilidade enquanto agenciadora de situações de conflito entre pares. A defesa de tais princípios, em detrimento da atuação de terceiros que buscam “salva-la” das mazelas que lhe é própria, é um fator que potencializa a ação da mediação de conflitos, e recoloca a ênfase no entendimento de que é possível articular, a partir de princípios pedagógicos, soluções para o problema da violência em âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 19, n.47, p. 7-19, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621998000400002>. Acesso em: 17 jun. 2015.
- BORGES, G; LUIZA, I; SILVA, S. Processo civilizador: incivildades e sentimento de insegurança em Goiânia. In: XII Simpósio Internacional processo civilizador, n. 12, 2009, Londrina. **Anais...** Londrina, 2009. p. 1-10.
- BURATO, A.L.O. **A direção do olhar do adolescente**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.
- CAMACHO, L. M. Y. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 123-140, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v27n1/a09v27n1.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2016
- CASTRO, R. Incivildades: a violência invisível nas escolas. **Polêmica**, v. 9, n. 2, p. 105 – 113, abr./jun. 2010. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/2755>>. Acesso em 16 fev. 2016.
- CERQUEIRA, D. R. C. e COELHO, D. S. C. **Redução da Idade de Imputabilidade Penal, Educação e Criminalidade**. Rio de Janeiro: Ipea, Nota Técnica nº 15, 2015.
- CERQUEIRA, D. R. C. et al. **Nota Técnica nº 17: Atlas da violência 2016**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160405_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf>. Acesso em 20 de jul. 2016.
- COHEN, J.; GEIER, V.K.. **School Climate Research Summary**: January 2010. New York, N.Y.
- COSTA, M. R. A violência urbana é uma particularidade da sociedade brasileira? **Revista São Paulo perspectiva**, São Paulo, v.13, n.4, p. 3-12, 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400002>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- DEBARBIEUX, E., & BLAYA, C. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

DUARTE, N. **Educação e moral na sociedade capitalista em crise**. In: CANDAU, Vera Maria (org.). Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e aprendizagem. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FERNANDES, D.G.F. **Ir-remediável**: campos de sonho de futuro. Representações sócias da escola entre jovens estudantes de escolas públicas do sertão nordestino. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.

GALLO, A. E.; WILLIAMS, L.C.A. Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, vol.7, n.1, p. 81-95, 2005. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v7n1/v7n1a07.pdf>>. Acesso em 23 ago. 2016.

GREENBAUM, S. **Kids and guns**: from playgrounds to battlegrounds. Juvenile justice, 1997. Disponível em: <www.ojjdp.ncjrs.org/publications>. Acesso em 15 fev. 2016.

HOWELL, J. C. **Youth gangs**: an overview. Juvenile Justice Bulletin. 1998. Disponível em: <www.ojjdp.ncjrs.org/publications>. Acesso em 15 fev. 2016. inas.br/teses/Edu-cacao_MarraCA_1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S.. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUDKE, M; ANDRE, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: Abordagens qualitativas. 3ª Ed., São Paulo: EPU, 1986.

MARRA, C. A. S. **Violência escolar**: um estudo de caso sobre a percepção dos atores escolares a respeito dos fenômenos de violência explícita e sua repercussão no cotidiano da escola. 2004. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://server05.pucm>>

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, adotada em 10 de dezembro de 1948.

PACHECO, J. T. B. **A construção do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais**: Uma análise a partir das práticas educativas e dos estilos parentais. 2004. 120 f. Tese (Doutorado em psicologia do desenvolvimento) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: < <https://www.lume.ufrg.s.br/bitstream/handle/10183/6132/000525387.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

SALLES, L. M. F.; LEITE, C.D.P.; OLIVEIRA, M.B.L. **Educação, psicologia e contemporaneidade**: novas formas de olhar para a escola. São Paulo, Taubaté: Cabral Universitária, 2000.

SÁNCHEZ, J.A.O. **The 50 Most Violent Cities in the World 2014**. Disponível em: < <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/prensa/send/6-prensa/200-as-50-cidades-mais-violentas-do-mundo-em-2015>>. Acesso em 23 ago. 2016.

SANTANA, E. M. U.; SANTANA, L.A.; LIMA, D. A.. Atuação do policial no combate à violência escolar. In: Educere, n. 8, 2008, Curitiba. **Anais...**Curitiba: Editora Champagnat, 2008, p. 2263-2276. Disponível em: < http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/-anais/pdf/249_243.pdf>. Acesso em 16 mar. 2017.

SANTOS, V. M. M.. **A formação do educador frente à violência e o abuso sexual contra crianças e adolescentes**. 2002. 153 f. Dissertação (Mestrado em educação e cultura) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, J. M. A. P. et al. **A violência no cotidiano juvenil: uma análise a partir da escola**. Taubaté-SP: Cabral editora e livraria universitária, 2010a.

SILVA, J. M. A. P.; LANZONI, S.L. Concepções de violência escolar: um estudo comparado Brasil Espanha. In: Educere, n. 8, 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Editora Champagnat, 2008, p. 2523-2535. Disponível em: < [http://www.pucpr.br/eventos/educere re/educere2008/anais/pdf/707_423.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/re/educere2008/anais/pdf/707_423.pdf)>. Acesso em 21 ago. 2016.

SILVA, J. M. A. P.; SALLES, L.M.F. A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 217-232, 2010b. Editora UFPR Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe2/13.pdf>>>. Acesso em: 15 maio. 2016.

SPOSITO, M.P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, jan/jun., 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v27n1/a07v27n1.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 9, 13, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 68, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 89, 92, 94, 97, 98, 99, 104, 105, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 168, 181, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 206, 209, 214, 220, 233

Autismos 188, 189

Autonomia 15, 21, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 65, 66, 67, 82, 83, 86, 88, 89, 90, 105, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 145, 189, 190, 193, 201, 202, 214, 219, 228, 229, 230, 232, 234, 236

Avaliação não numérica 24, 25

B

Brincadeira 179, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 214

C

Competição 201, 204, 205, 208

Corpo 40, 64, 107, 110, 114, 117, 131, 132, 133, 134, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 200, 203

Criatividade 15, 51, 72, 73, 76, 77, 78, 196, 197, 205, 214

Currículo 28, 71, 76, 77, 78, 80, 82, 103, 218, 226, 227, 230, 231, 233

D

Dança 131, 134, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 153, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Deficiência 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 99, 143, 160, 189

Deficiência visual 37, 38, 42, 43, 46, 47

Democracia 70, 71, 72, 73, 74, 75, 130, 220, 237

Desenvolvimento intelectual 48

Documentos escolares 1, 3, 4, 10

E

Educação 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 38, 39, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94,

95, 96, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 137, 145, 151, 153, 155, 156, 158, 163, 164, 167, 168, 185, 186, 187, 190, 193, 194, 195, 209, 211, 212, 213, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

Educação a distância 48, 49, 51

Educação de jovens e adultos 84, 85, 87, 90, 92

Educação moderna 24

Educação profissional e tecnológica 90, 218, 234

Ensino-aprendizagem 26, 27, 37, 38, 76, 77, 79, 82, 83, 98, 104, 151, 152, 163, 195, 197, 200, 214

Ensino da libras 150

Ensino de ciências 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22

Ensino de matemática 1, 3, 7, 8, 9

Escolaridade 58, 60, 84, 85, 90, 93, 95, 98, 99, 104, 105, 222

F

Federalismo 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130

Formação continuada 13, 14, 16, 17, 19, 21

Formação de professores 1, 2, 8, 12, 13, 15, 21, 22, 239

Formação inicial 35, 150, 152, 153, 154

Formação profissional 14, 18, 76, 84, 90, 93, 95, 109, 223

Fundação Oriente 107, 108, 109, 111, 112

G

Gamificação 213, 214, 217

Gestão 48, 66, 95, 115, 116, 117, 122, 126, 127, 129, 188, 202, 206, 208, 236

Grupo focal 188, 191, 192

H

História da educação matemática 1, 6, 8, 11, 12

I

Incivilidades 55, 63, 64, 65, 67

Inclusão escolar 46, 47, 98, 99, 101, 104, 106, 131, 193

Inclusão social de mulheres 84, 85, 95

Indicadores 55, 56, 59, 62, 66

Infância 103, 125, 133, 137, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 187, 189, 200, 225

Institutos federais 163, 218, 232, 236
Interdisciplinaridade 194, 195, 200
Internacionalização 107, 108, 109, 110, 113, 114

L

Licenciatura 5, 7, 150, 152, 153, 154, 155, 162, 167, 239
Logística 201, 202, 206
Ludicidade 24, 194, 196, 200, 239

M

Manhúcia Liberman 1, 2, 3, 4, 7, 11, 12
Matemática 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 21, 22, 35, 45, 50, 132, 153, 213, 214, 217, 226, 228, 239
Metodologias ativas 26, 76, 78, 81, 82, 209
Mobilidade 15, 45, 77, 107, 109, 110, 112, 114

N

Neurociências 131, 132, 134
Neuroreabilitação 131

O

Organização do espaço pedagógico 188, 189, 191

P

Palavra 21, 70, 74, 160, 173, 175, 187
Plantas medicinais 210, 211
Políticas públicas para as mulheres 84, 85
PQLP 107, 108, 109, 110, 111
Prática 9, 15, 19, 21, 22, 26, 27, 31, 33, 56, 58, 66, 77, 78, 83, 85, 86, 95, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 120, 140, 152, 155, 156, 195, 197, 198, 199, 201, 202, 206, 208, 209, 210, 211, 217, 229, 236
Programa mulheres mil 84, 85, 86, 90, 92, 93, 95
Protagonismo 24, 25, 76, 82, 197, 199, 200, 214
Protagonismo estudantil 24, 25

R

Reforma do ensino médio 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 230, 231, 234, 235, 236, 238
Regime de colaboração 115, 116, 118, 122, 126, 127, 128

Resolução de problemas 25, 213, 214, 216, 217

S

Saber profissional 1, 2, 3, 12

Sabores 210, 211

Sociedade 6, 11, 13, 15, 18, 21, 22, 24, 25, 28, 34, 38, 39, 41, 42, 44, 46, 49, 53, 55, 57, 58, 59, 61, 63, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 85, 86, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 104, 114, 117, 120, 123, 145, 151, 200, 221, 225, 229, 234, 236

T

Tecnologias digitais 77, 150, 164


TIC 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 151

Transtorno do espectro autista 97, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 188, 189





V

Violência escolar 55, 56, 57, 61, 62, 66, 67, 68, 69

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES 3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES 3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br